

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE
REPOSIÇÃO FLORESTAL NO PARQUE
ESTADUAL DO LAJEADO - PEL / ESTADO DO
TOCANTINS, PARTE DA LT ± 800 kV CC XINGU /
ESTREITO, ASSOCIADA AO BIPOLO-1 DO
LEILÃO ANEEL nº 11/2013.**

BELO MONTE TRANSMISSORA DE ENERGIA SPE S.A. - BMTE

E

STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA

 1

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DO
PROJETO DE REFLORESTAMENTO DO
PARQUE ESTADUAL DO LAJEADO QUE
ENTRE SI FAZEM A BELO MONTE
TRANSMISSORA DE ENERGIA SPE S.A.
E STCP ENGENHARIA DE PROJETOS
LTDA.

Pelo presente instrumento, de um lado,

BELO MONTE TRANSMISSORA DE ENERGIA SPE S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Vargas, nº 955, SGCC Rio Tower, sala 801 – parte lado oeste, centro, CEP: 20071-004, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 20.223.016/0001-70, neste ato representada, pelo seu Diretor Presidente/ Financeiro, Sr. CHANG ZHONGJIAO, chinês, casado, engenheiro, portador do RNE nº G-147963-5, inscrito no CPF/MF sob o nº 063.281.087-45 e pelo seu Diretor Técnico/Meio Ambiente Sr. JOSÉ FLÁVIO SERAFIM PENNA, brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, portador da carteira de identidade nº MG-19.410.510 SSP/MG, expedida em 04/11/2011, inscrito no CPF sob o nº 739.026.598-15, ambos com endereço comercial na Avenida Presidente Vargas, nº 955, sala 801, parte lado oeste, centro, CEP: 20.071-004, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, doravante denominada **BMTE**,

De outro lado,

STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA., localizada na Rua Euzébio da Motta nº 450, Juvevê, Curitiba/PR, CEP nº 80.530-260, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.188.542/0001-31, neste ato representada por seus representantes legais, o Sr. IVAN TOMASELLI, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, engenheiro florestal, portador da carteira de identidade RG nº 1.151.077 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 158.166.649-72, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Santa Clara, nº 426, Bairro Ahú, CEP: 82.200-380, e por JOÉSIO DEOCLÉCIO PIERIN SIQUEIRA, brasileiro,



separado judicialmente, engenheiro, portador da carteira de identidade RG nº 692.014 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 155.988.539-49, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Professora Maria José Godoy, nº 94, apto 201, Bairro Bom Retiro, CEP: 80.520-220, doravante simplesmente designada **CONTRATADA**,

Sendo que **CONTRATADA** e **BMTE**, quando referidas em conjunto, serão simplesmente denominadas **Partes** e individualmente, como **Parte**.

CONSIDERANDO QUE:

- 1 - A **BMTE** é uma sociedade de propósito específico constituída pelo **Consórcio IE BELO MONTE** que se sagrou vencedora do Leilão ANEEL nº 011/2013. Em decorrência do resultado do Leilão, a ANEEL outorgou a **BMTE** a Concessão do Serviço Público de Transmissão pelo período de 30 anos, do LOTE AB da REDE BÁSICA do Sistema Interligado Nacional, sendo a **BMTE** responsável, entre outras atividades, pela construção, colocação em serviço, operação e manutenção da Linha de Transmissão em Corrente Contínua, em ± 800 kV CC, ligando as Estações Coletoras Xingu (PA) e Estreito (MG), bem como suas Instalações Associadas, doravante denominada **Empreendimento**, durante o mencionado prazo de concessão, e
- 2 - A **BMTE**, em atendimento a Lei 12.651/2012, do Novo Código Florestal, precisa implementar Projetos de Reposição Florestal, cuja realização é apresentada como Condicionante das Autorizações para Supressão de Vegetação Nativa (ASV) vinculadas ao Licenciamento Ambiental, como também das Condicionantes 2.3 e 2.4 da LO nº 1414/2017, ambas do empreendimento da **BMTE** (LT, Estações e Eletrodos);
- 3 - A **BMTE** realizou licitação para seleção e contratação de empresa (s) para execução da Reposição Florestal de área localizada no Parque Estadual de Lajeado, localizados no município de Lajeado – TO e sob a responsabilidade Prefeitura local, empresas essas todas com notória experiência nos serviços a serem executados, sendo a **CONTRATADA** a que apresentou a proposta vencedora.

As **Partes** acima qualificadas, neste ato devidamente representadas, na forma do disposto em seus atos constitutivos, têm entre si justo e contratado a prestação de serviços de implantação do projeto de reposição florestal, adiante designado SERVIÇOS, de acordo com as seguintes condições:



CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente CONTRATO a prestação, pela CONTRATADA a BMTE, dos serviços de implantação do Projeto de Reposição Florestal de 133 hectares no Parque Estadual de Lajeado, localizada no município de Lajeado, Estado do Tocantins (Anexo 01), respeitando as especificações técnicas referente à prestação destes serviços, doravante designados, em conjunto ou individualmente, SERVIÇOS.

Parágrafo Primeiro – As ações compreenderão todas as atividades solicitadas e devidamente aprovadas pela **CONTRATANTE**, estabelecidas no Termo de Referência (Anexo 02) utilizado na Licitação que originou o presente Contrato, abaixo transcritas:

- a) Estabelecer o fluxo de informações e aprovação junto ao Gestor da Unidade de Conservação.
- b) Arcar com todos os custos relativos a aquisição de mudas a serem distribuídas conforme Projeto de Reposição Florestal do Parque Estadual do Lajeado (Anexo 01).
- c) Custear a manutenção do viveiro de mudas existente dentro da unidade de conservação objetivando atender ao quantitativo de reposição.
- d) Arcar com os custos operacionais e logísticos de seus funcionários durante o processo de implantação do projeto.
- e) Aprovar o planejamento da ordem de plantio de mudas por espécies.
- f) Custear todo e quaisquer custos relativos a preparação do solo pré e pós plantio.
- g) Arcar com todos os impostos incidentes em decorrência da aquisição de equipamentos e serviços para execução do Projeto de Reposição.
- h) Custear todas as despesas no deslocamento das mudas entre o viveiro e local de plantio.
- i) Apresentar na proposta o quantitativo de profissionais envolvidos para cada etapa do Projeto de Reposição.
- j) Comunicar a **BMTE** com no mínimo 30 dias de antecedência, qualquer alteração no quadro de funcionários e obter a aprovação do órgão gestor.
- k) Envidar esforço para garantir o crescimento das mudas no local de plantio devendo em caso de mortandade adquirir a suas custas novas mudas até o efetivo aval do gestor do contrato e/ou aprovação da **BMTE**.
- l) Para efeito de análise e medição contratual, a contratada deverá submeter mensalmente a aprovação da **BMTE**, relatório das atividades periódicas realizadas no período.
- m) Elaborar semestralmente relatório de acompanhamento das atividades (no mês de entrega do relatório semestral não será necessária a entrega do relatório mensal).
- n) Aprovar o relatório de acompanhamento junto ao gestor do contrato e encaminhar o documento aprovado para a **BMTE** (pré-requisito para a medição contratual).
- o) Participar de reuniões semestrais de planejamento das ações evidenciando o andamento das ações (previsto X realizado).



- p) Atender a normas de segurança nas operações.
- q) Atender as Normas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).
- r) Atender ao Código de Conduta e Ética dos Trabalhadores da **BMTE** (Anexo 03).
- s) Atender plenamente a Política Ambiental da **BMTE** (Anexo 04).
- t) Para efeito de aprovação da medição de contrato, em caso de necessidade de alteração de projeto, a contratada deverá propor e obter a aprovação formal da Naturatins e da **BMTE**.
- u) Participar, as suas expensas, de reuniões semestrais ou sempre que convocados pela **BMTE** e/ou órgãos ambientais, Naturatins e/ou IBAMA.
- v) Não realizar aceiro negro na área da Unidade de Conservação.
- w) Arcar com os custos de treinamentos de seus funcionários.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOCUMENTAÇÃO

2.1. Para melhor caracterização do objeto deste CONTRATO e das obrigações das **Partes**, consideram-se peças dele integrantes e complementares, independentemente de anexação, em tudo aquilo que com ele não conflitarem, os seguintes documentos:

- Anexo 01 - Projeto de Reposição Florestal do Parque Estadual do Lajeado – PEL;
- Anexo 02 - Termo de Referência do Projeto de Reflorestamento do Parque Estadual do Lajeado - PEL;
- Anexo 03 - Código de Ética e Conduta dos Trabalhadores da **BMTE**;
- Anexo 04 - Política Ambiental da **BMTE**;
- Anexo 05 - Proposta **CONTRATADA**;
- Anexo 06 - Tabela de Preços Unitários e Totais;
- Anexo 07 - Cronograma Físico – Financeiro;

2.2. Ocorrendo divergência entre o estipulado nos documentos mencionados nesta cláusula e o CONTRATO, prevalecerão às disposições do CONTRATO, seguindo-se as dos restantes documentos, na mesma ordem em que se encontram acima nomeados.

2.3. Não terão eficácia quaisquer exceções a este CONTRATO ou aos documentos emanados da **BMTE**, formuladas pela **CONTRATADA**, em relação às quais a **BMTE** não haja, por escrito, se declarado de acordo.

2.4. Na eventual necessidade de alteração técnica do SERVIÇO, a fim de atender a execução plena do objeto deste CONTRATO, a **BMTE** encaminhará correspondência a **CONTRATADA**,



a qual deverá se pronunciar no prazo de 15 (quinze) dias após o seu recebimento. Após esse período, no caso de silêncio da **CONTRATADA**, considerar-se-ão tacitamente aceitas as alterações propostas.

2.5. Para efeito deste CONTRATO não terá validade alguma qualquer outro documento eventualmente trocado ou acordado entre as **Partes**, em data anterior à assinatura do presente CONTRATO e que não esteja explicitamente mencionado neste Contrato. O CONTRATO substitui todas e quaisquer negociações eventualmente realizadas entre as **Partes** sobre o objeto do mesmo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, DOS PREÇOS, DA MEDIÇÃO, DO FATURAMENTO E PAGAMENTO

3.1. O prazo para a execução dos serviços objeto deste CONTRATO será de 42 (quarenta e dois) meses contatos a partir da sua assinatura.

3.2. Pelos SERVIÇOS prestados pela **CONTRATADA** durante a vigência deste CONTRATO, a **BMTE** pagará a quantia total de [REDACTED], conforme descrito no Anexo 06 – Tabela de Preços Unitários e Totais e Anexo 07 – Cronograma Físico – Financeiro, ambos deste CONTRATO, a partir de Medição de Serviços realizadas pela **CONTRATADA**, por Item de Atividade/Etapa, com as metas atingidas e os serviços concluídos conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro (Anexo 07), previamente atestado pelo Órgão Gestor da Unidade de Conservação, neste caso a NATURATINS e aprovados pela Diretoria Técnica/Meio Ambiente da **BMTE**. Os pagamentos serão feitos através de depósito em conta corrente indicada pela **CONTRATADA**, sendo para todos os fins o recibo de depósito considerado prova de pagamento.

3.1.1. Os pagamentos serão realizados pela **BMTE**, sempre após 30 (trinta) dias da apresentação do documento de cobrança na sede da **BMTE**.

3.3. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **BMTE** para aprovação, Boletim de Medição de Serviços efetivamente realizados por Item de Atividade/Etapa, com as metas atingidas e os serviços concluídos, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro (Anexo 07) e



previamente atestado pelo Órgão Gestor da Unidade de Conservação, neste caso a NATURATINS.

3.4. A **BMTE** terá o prazo de 05 (cinco) dias corridos após o recebimento, para aprovar o Boletim de Medição. Após a aprovação a **CONTRATADA** emitirá os documentos de cobrança correspondentes que deverão ser protocolados na sede da **BMTE** até o 10º dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços.

3.5. Nos documentos de cobrança deverão constar a data de emissão, a data de vencimento, o período compreendido da execução dos serviços, o valor em moeda corrente, o número do instrumento contratual; os serviços a serem faturados; dados bancários (nome do banco, números da agência e da conta corrente) na qual deverá ser depositado o respectivo pagamento; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN e impostos e Contribuições a serem retidos na fonte, em destaque, juntamente com os seguintes documentos devidamente autenticados:

- a) Recolhimento das contribuições previdenciárias – GRPS;
- b) Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- c) Folha dos pagamentos devidos aos empregados envolvidos nos serviços, contendo valores detalhados e recibo de quitação;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- f) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos da Lei 12.440/2011.

3.6. Os documentos de suporte para cobrança (Notas Fiscais, Faturas, Recibos) com data de emissão anterior ao mês da sua apresentação não serão aceitos e deverão ser devolvidos ao fornecedor para substituição.



7



3.7. Os Documentos de cobrança deverão ser protocolados na sede da **BMTE**, no seguinte endereço:

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. – BMTE
Av. Presidente Vargas no. 955, 9º Andar, sala 801, Centro
CEP: 20.071-004 – Rio de Janeiro–RJ

3.8. O pagamento do documento de cobrança será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias corridos após a entrega na sede da **BMTE** dos documentos de cobrança, acompanhados do Boletim de Medição de Serviços realizado com aceite do gestor do Contrato e, considerando os valores constantes nos Anexo 06 e Anexo 07 deste contrato.

3.9. O vencimento será automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente quando coincidir com sábados, domingos e feriados.

3.10. Os preços unitários e globais estabelecidos são fixos e irrealizáveis durante 12 (doze) meses contados desde a data base do preço. Após este prazo será aplicável reajuste no saldo a pagar referente ao fornecimento ainda não executado de acordo com a variação ocorrida no IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para o qual se tomará como data base a data de 26 de julho de 2018. Para aplicação do primeiro reajuste, em julho de 2019, será considerado o índice obtido pela divisão do número índice de julho de 2018 pelo número índice de julho de 2019, divulgado pelo IBGE. Os reajustes dos anos posteriores serão efetuados sempre com a aplicação do índice obtido pela divisão do número índice de julho do ano atual pelo número índice de julho do ano anterior.

3.10.1. A **CONTRATADA** declara que considerou todos os fatores de risco incidentes sobre a definição do preço, incluindo, mas não se limitando, aqueles oriundos de pressões inflacionárias, variação cambial e da taxa básica de juros, indisponibilidade de mão-de-obra, variação de preço e serviços no mercado interno e externo, assim como aqueles potencialmente resultantes das declarações e garantias por ela prestadas neste CONTRATO e os demais riscos inerentes a seu negócio, à execução dos trabalhos e ao mercado.



3.11. Fica vedado o desconto bancário ou o endosso de duplicatas, bem como a emissão de títulos sem lastro por conta deste CONTRATO, que sejam levados para desconto em *factorings*, bancos, financeiro ou quaisquer outras instituições, não se responsabilizando a **BMTE** pelo pagamento nestas condições. Em qualquer hipótese, a **BMTE** não se responsabiliza por despesas bancárias ou qualquer outro pagamento não previsto neste instrumento.

3.12. O valor dos encargos será calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times VP \times N$$

Onde:

EM = Encargos moratórios devidos;

I = Índice de atualização financeira, calculado como: $(6 / 100 / 365) = 0,00016438$

VP = Valor da parcela em atraso;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

3.10. Na hipótese dos documentos fiscais e/ou de cobrança apresentarem irregularidades em quaisquer de seus itens, a **BMTE** deverá comunicar a **CONTRATADA** responsável por sua emissão de imediato para que seja sanada a irregularidade de modo que a obrigação seja cumprida tempestivamente. Caso a **CONTRATADA** não consiga saná-la, os pagamentos serão postergados sem ônus para **BMTE** até que a **CONTRATADA** sane a irregularidade, conforme o caso, remanescendo a obrigação de pagar os itens que estejam corretos.

3.11. Caso ocorra atraso nos pagamentos de quaisquer faturas por responsabilidade exclusiva da **BMTE**, esta estará sujeita ao pagamento de correção financeira de acordo com a variação do IPCA, *pro rata die*, acrescido de juros moratórios de 1% ao mês, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento.

3.12. A **BMTE** irá efetuar o pagamento diretamente a **CONTRATADA** responsável pela emissão dos documentos de cobrança, não aceitando pagamento negociado a terceiros.

3.13. Na hipótese de erro, dúvida ou omissão quanto aos documentos de cobrança, a **BMTE** poderá a seu exclusivo critério, considerar devida apenas a parcela não controvertida. A



parcela restante somente será devida após a solução final da controvérsia, decorrido novamente o prazo pactuado com a **CONTRATADA**.

3.14. O objeto deste CONTRATO está abrangido em projeto enquadrado no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, instituído pela Lei nº 11.488 de 15 de junho de 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144 de 03 de julho de 2007 e alterações posteriores, até a data de 10 de novembro de 2019. As medições e/ou emissões de notas fiscais após essa data não poderão mais constar a isenção do PIS e COFINS, os quais serão aplicados integralmente.

3.15. A CONTRATADA tem ciência de que os SERVIÇOS objeto deste CONTRATO são parte de Condicionantes de Licenças Ambientais do Projeto de Linha de Transmissão da BMTE e que foi enquadrado no REIDI considerando o Ato Declaratório Executivo nº 326, de 02 de outubro de 2014, publicado no Diário Oficial da União de 07/10/2014, página 32, Seção 1 e a Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 226, de 21/08/2014.

3.16. O documento de cobrança emitido até 10 de novembro de 2019 deverá conter o número do CONTRATO, assim como a descrição do serviço, devendo ser incluído a seguinte informação:

"Venda de bens e/ou serviços, conforme o caso, efetuada com suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS pelo ADE nº 326, emitido pela Receita Federal do Brasil em 02 de outubro de 2014, e a Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 226, de 21/08/2014, de acordo com a Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007 e Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007".

CLÁUSULA QUARTA - INADIMPLEMENTO DA CONTRATADA

4.1. A **CONTRATADA** será considerada inadimplente na ocorrência de qualquer dos fatos discriminados a seguir, desde que não regularizados no prazo de 10 (dez) dias da comunicação da **BMTE**:

- a) Inobservância ou cumprimento irregular de quaisquer disposições contidas neste CONTRATO;



- b) Desatendimento das determinações regulares do representante da **BMTE** designado para acompanhar e inspecionar a execução dos SERVIÇOS, assim como de seus superiores;
- c) Atraso nos prazos máximos estabelecidos para execução dos SERVIÇOS;
- d) Caso os SERVIÇOS não sejam aprovados pela **BMTE**.

CLÁUSULA QUINTA - PENALIDADES POR INADIMPLEMENTO

5.1. A **CONTRATADA** ficará sujeita as penalidades por inadimplemento, conforme previsto nesta cláusula, à qual é representada por uma multa diária de 0,1% (zero vírgula um por cento) calculada sobre o valor do SERVIÇO em atraso e aplicada em cada fase do cronograma físico - financeiro (Anexo 7).

5.2. As multas poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, obedecidas às seguintes disposições:

- a) A comunicação da multa poderá ser feita por meio de carta ou e-mail pela **BMTE**, independentemente de qualquer interpelação, notificação judicial ou extrajudicial, sendo o valor da multa exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa;
- b) Na eventual necessidade de aplicação da multa estabelecida nesta cláusula, os respectivos valores poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela **BMTE** a **CONTRATADA**, ou cobrada judicialmente.

5.3. Ocorrendo atraso no SERVIÇO ou execução sem aprovação da BMTE e que não seja regularizada no período de 10 (dez) dias, sem prejuízo da imposição da multa prevista acima, a **BMTE** poderá, a seu exclusivo critério, adotar uma das seguintes medidas:

- a) Atribuir a terceiro, de sua escolha, parte do objeto do presente CONTRATO;
- b) Dar por rescindido o presente CONTRATO, aplicando a **CONTRATADA** as sanções previstas neste CONTRATO.



7.2. Nenhuma atividade poderá ser iniciada pela CONTRATADA até a devida aceitação da Garantia Contratual pela **BMTE**.

7.3. A **BMTE** poderá deduzir da Garantia Contratual, multas e penalidades previstas devidas pela CONTRATADA, bem como o valor dos prejuízos que lhe forem causados.

CLÁUSULA OITAVA - DO CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

8.1. Para os fins deste **CONTRATO**, o caso fortuito ou força maior, eventos definidos no parágrafo único, art.393 do Código Civil Brasileiro vigente, significa qualquer acontecimento fora do controle e vontade das **Partes**, cujo efeito não era possível evitar ou impedir, impossibilitando, desta forma, a execução de suas obrigações.

8.2. Nenhuma das **Partes** se responsabilizará, em quaisquer hipóteses, perante a outra, por quaisquer danos oriundos de caso fortuito ou força maior, e na sua ocorrência, deverá comunicar a outra Parte no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis do acontecimento ou de seu conhecimento.

8.3. Se o evento de caso fortuito ou de força maior se prolongar por mais de 30 (trinta) dias, contados da data de sua ocorrência, qualquer das **Partes** terá o direito de rescindir o presente Contrato.

CLÁUSULA NONA- RESCISÃO

9.1. A **BMTE** poderá optar entre exigir o cumprimento ou rescindir este **CONTRATO** nos seguintes casos:

- a) Caso seja requerida, homologada ou decretada falência ou o benefício de recuperação judicial ou extrajudicial, desde que a **BMTE** não tenha participado ou não vote favoravelmente ao modelo de recuperação proposto, ou ainda, no caso de dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial da **CONTRATADA**;
- b) Como consequência dos atrasos por parte da **CONTRATADA** no cumprimento do prazo de execução do SERVIÇO, se tenha ultrapassado o limite de valor da penalidade por atraso a que tem direito a **BMTE**, conforme estipulado no presente **CONTRATO**;



- c) Qualquer outro inadimplemento grave, por parte da **CONTRATADA**, de uma obrigação estabelecida no presente CONTRATO, notificado e não sanado no prazo estabelecido de comum acordo entre as **Partes**;
- d) Ocorrência de impedimentos por motivos de Caso Fortuito ou Força Maior, por período superior a 30 (trinta) dias;
- e) Rescisão do Contrato de Concessão firmado entre a **BMTE** e a **ANEEL**.

CLÁUSULA DÉCIMA - CONSEQUÊNCIAS DA RESCISÃO

10.1. No caso da **BMTE** rescindir o presente CONTRATO por alguma das causas estabelecidas na Cláusula Nona, salvo nas hipóteses das alíneas “d” e “e”, a **CONTRATADA** está obrigada a pagar à **BMTE** multa rescisória, no prazo de 10 (dez) dias úteis, em razão do término antecipado, no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do saldo remanescente deste CONTRATO, incluído neste todos os impostos que seriam cabíveis, sem prejuízo do direito da **BMTE** de ressarcir-se dos danos e prejuízos ocasionados em virtude do não cumprimento ou do término do CONTRATO. Em caso de atraso no pagamento da multa rescisória pela **CONTRATADA**, o valor da multa aqui estabelecida será acrescido de atualização monetária pelo IPCA/IBGE, mais 1% (um por cento) ao mês a título de juros, até a data do seu efetivo pagamento.

10.2. A fim de se obter o valor remanescente deste CONTRATO, será utilizado o valor total fixado para a integralidade e conclusão do SERVIÇO, deduzido o valor do SERVIÇO realizado até a data de rescisão.

10.3. Na hipótese prevista na Cláusula Nona, alínea “e”, a **BMTE** pagará a **CONTRATADA** somente as partes do SERVIÇO já executadas.

10.4. A eventual rescisão deste CONTRATO não prejudicará a exigibilidade e cobrança das penalidades, dos acréscimos e de qualquer das obrigações pecuniárias, geradas até a data da rescisão, que não estiverem quitadas.

10.5. Ocorrendo a rescisão do presente CONTRATO, a **CONTRATADA** restituirá integralmente à **BMTE** os valores eventualmente pagos antecipadamente, referente ao SERVIÇO não executado ou corrigido, atualizado monetariamente pelo IPCA/IBGE.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DEDUÇÕES

11.1. A **BMTE** poderá deduzir de quaisquer créditos da **CONTRATADA**, débitos, indenizações ou multas por ela incorridos.

11.2. Tais débitos, indenizações ou multas são desde já considerados pelas **Partes**, dívidas líquidas e certas, cobráveis, se necessário for, mediante execução forçada, constituindo este CONTRATO título executivo extrajudicial (artigo nº 585, Inciso II, do CPC).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESPONSABILIDADE

12.1. A **CONTRATADA** responsabiliza-se pelo SERVIÇO executado comprovadamente em desacordo com as especificações técnicas, imediatamente, após a recepção de aviso escrito da **BMTE**, livre de qualquer ônus para a **BMTE**.

12.2. Se a **CONTRATADA** negligenciar ou se recusar a corrigir ou refazer os SERVIÇOS executados incorretamente, a **BMTE** aplicará as sanções previstas na Cláusula Quinta – PENALIDADES POR INADIMPLEMENTO, sem prejuízo de eventuais perdas e danos a que der causa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - COMUNICAÇÕES ENTRE AS PARTES

13.1. Todas as Notificações ou Comunicações entre as **Partes** relacionadas ao presente CONTRATO serão feitas, obrigatoriamente, através de, alternativamente:

- a) Carta com Aviso de Recebimento – AR, que deve ser enviada para os endereços descritos abaixo;
- b) Entrega pessoal, com recibo dado pela outra **Parte**;
- c) E- mail, com aviso de recebimento.

13.2. A **BMTE** indica o seguinte gestor do CONTRATO, que ficam baseados no seguinte endereço:

Av. Presidente Vargas, nº 955 –9ºAndar – sala 801, Centro - Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP. 20.071-004.

• Aspectos Técnicos do Contrato:

Sr. Raphael Sims - Gerente de Meio Ambiente

e-mail: raphael.sims@bmte.com.br

Tel: (21) 3609-8271

13.3. A **CONTRATADA** indica o seguinte gestor do CONTRATO:

Rua Euzébio da Motta no 450, Juvevê, Curitiba/PR, CEP no 80.530-260.

Sr. Rômulo Sousa Lisboa – Diretor de Desenvolvimento e Qualidade

e-mail: rlisboa@stcp.com.br

Tel: (41) 3252-5861

13.4. As Notificações feitas com base nesta Cláusula somente poderão ser realizadas pelas pessoas com capacidade legal de representar a empresa, nos termos de seus atos societários.

13.5. A comunicação para ser válida deverá conter prazo de análise, reparação ou explicação, nunca inferior a 5 (cinco) dias úteis, exceto se pactuado diferentemente pelas **Partes**, ressalvada a comunicação nas hipóteses de rescisão e pagamento, previstas neste **CONTRATO**.

13.6. As **Partes** se comprometem desde logo a comunicar, por meio de carta assinada por seus representantes legais, à outra qualquer alteração em relação aos gestores nomeados, sob pena de, não o fazendo, ser tida como válida toda e qualquer comunicação transmitida para os contatos acima indicados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO, TRANSFERÊNCIA E DAÇÃO EM GARANTIA

14.1. A **CONTRATADA** somente poderá subcontratar parte do SERVIÇO mediante prévia autorização da **BMTE**. Tal subcontratação:

- a) Não eximirá a **CONTRATADA** de nenhuma obrigação e responsabilidade derivada deste CONTRATO. A **CONTRATADA** será solidariamente responsável pelos atos e omissões de qualquer Subcontratado, assim como de seus respectivos empregados



e agentes, como se tratassem de atos e omissões cometidos pela própria **CONTRATADA** ou por seus empregados e agentes; e

b) Não criará relação contratual alguma entre o Subcontratado e a **BMTE**.

14.2. A **CONTRATADA** não poderá ceder, total ou parcialmente, os direitos ou obrigações assumidas no presente CONTRATO, nem transferir ou dar em garantia, salvo se expressamente aprovado pela **BMTE**.

14.3. A **CONTRATADA** cumprirá, observará e se assegurará estritamente, através de exigência contratual, que todas as pessoas, empresas ou companhias por eles contratadas de forma direta ou indireta, para a realização do SERVIÇO, também cumpram e observem estritamente todos os estatutos, regulamentos, decretos, normas, leis e disposições de qualquer autoridade governamental ou de outra classe que tenha jurisdição, assim como aquelas outras normas (sejam de caráter nacional ou internacional) aplicáveis ao SERVIÇO e à execução dos mesmos pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – TRIBUTOS

15.1. Todos os tributos federais, estaduais e municipais, encargos e contribuições parafiscais, eventualmente devidos pela execução do SERVIÇO objeto deste CONTRATO, correm por conta exclusiva da **CONTRATADA**, que também se responsabiliza pelo perfeito e exato cumprimento de todas as obrigações e formalidades que a lei a eles atribua.

15.2. Caso sejam criados, após a assinatura deste CONTRATO novos tributos, encargos ou contribuições para-fiscais, ou modificadas a base de cálculo e/ou alíquotas dos atuais, de forma a aumentar ou diminuir o ônus da **CONTRATADA**, com repercussão na economia contratual, será o preço revisado, de modo a cobrir as diferenças comprovadamente decorrentes destas alterações.

15.3. Diante do disposto no "caput" desta cláusula, a **BMTE** não se responsabiliza pelo ressarcimento de quaisquer multas, correção monetária, penalidade, juros e outras despesas resultantes da não observância de obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias pela **CONTRATADA**.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÕES PARA O FGTS E O INSS

16.1. Obriga-se a **CONTRATADA** a manter-se inteiramente quite com as contribuições previdenciárias devidas ao INSS e com as contribuições para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

16.2. Caso a **CONTRATADA** não apresente, quando solicitado, cópias atualizadas e autenticadas referentes à Seguridade Social (CND) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (CRF), a **BMTE** poderá reter quaisquer créditos provenientes deste CONTRATO, até que tais documentos sejam apresentados.

16.3. Para esse efeito, a **CONTRATADA**, juntamente com qualquer faturamento dos serviços objeto deste CONTRATO, apresentará a **BMTE** os comprovantes de recolhimento dos valores devidos ao INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, acompanhados das respectivas folhas de pagamento, para fins de verificação de sua regularidade, sem prejuízo do direito que assistirá a **BMTE** de, a seu único juízo, exigir que seja dita comprovação ministrada através de certidão competente.

16.4. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débitos provenientes do não recolhimento de contribuições ao INSS e ao FGTS, por parte da **CONTRATADA**, fica a **BMTE** autorizada a suspender qualquer pagamento devido até a regularização dos referidos débitos, sendo que na eventualidade de pagamento pela **BMTE**, tal montante será deduzido de quaisquer faturamentos ou créditos da **CONTRATADA**, oriundos deste CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – VIGÊNCIA

17.1 O CONTRATO terá validade a partir da sua assinatura e vigorará até que sejam cumpridas todas as obrigações assumidas pelas PARTES.

- a) O prazo para execução dos serviços está descrito no item 3.1 da CLÁUSULA TERCEIRA e será de 42 (quarenta e dois) meses contados a partir da assinatura do CONTRATO.



que satisfazer por este motivo e que seja responsabilidade da **CONTRATADA** e/ou de seus fornecedores ou contratados.

23.5. Eventual alteração necessária ou acordada nas condições dispostas neste CONTRATO deverá ser formalizada por meio de Termo Aditivo assinado pelas **Partes**.


23.6 A **CONTRATADA** declara que recebeu e tomou conhecimento das regras do Código de Ética e Conduta da **BMTE** e se compromete, por seus representantes, empregados, subcontratados e prepostos a cumpri-lo integralmente, sob pena de rescisão unilateral pela **BMTE** do CONTRATO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - FORO

24.1. Para resolver ou dirimir qualquer ação ou execução decorrente desta contratação, fica eleito o Foro Central da cidade do Rio de Janeiro - RJ, renunciando as Partes a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por se acharem justas e contratadas, assinam as **Partes** o presente CONTRATO, em duas vias de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, ⁰⁵ de outubro de 2018.


JOSÉ FLAVIO SERAFIM PENNA
Diretor Técnico / Meio Ambiente

BELO MONTE TRANSMISSORA DE ENERGIA SPE S.A.

STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA

Testemunhas:

Nome: Romário Sousa Lima

Nome: Ismael Soares

CPF: 749.360.509-20

CPF: 053.944.049-33

